

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves —****Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1975 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1975), que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35 de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul (RS) fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob o nº 14, de 1975, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1975**

Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul (RS) fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do art. 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, mediante uma operação de empréstimo de igual valor com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, cujo recurso será destinado à construção de um Centro Administrativo naquele município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES (Ceará) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A temática dos pronunciamentos da tarde de hoje — parece — será caracterizadamente no campo econômico. Isto porque desejo apreciar, embora aligeiramente, a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, durante a qual foi examinada a possibilidade da supressão dos incentivos fiscais às indústrias têxteis do Nordeste.

A notícia repercutiu de forma desalentadora na nossa região, de onde retornamos na última segunda-feira, após recolher, ali, as impressões desestimuladoras de que se cercou a classe empresarial, diante da possibilidade de ser positivada essa resolução do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Como sabem V. Exª e os eminentes Srs. Senadores, ao lançar o POLONORDESTE, no dia 30 de outubro último, o Senhor Presidente da República trouxe, realmente, grandes esperanças para aquela região. Alguns dias depois o Conselho de Desenvolvimento Econômico fixava aqueles pólos básicos que iriam impulsionar o progresso, o crescimento do Nordeste. Nas diretrizes publicadas pelo CDE estavam previstas as realizações do pólo têxtil, na confor-

midade do documento básico que vou ler, na parte referente, exatamente, ao Complexo têxtil e de confecções.

Diz o documento do Conselho de Desenvolvimento Econômico:

“IV — Complexo têxtil e de confecções, gêneros industriais tradicionais no Nordeste e que reúnem condições favoráveis para consolidação e expansão. A indústria têxtil regional dispõe de matérias-primas naturais e sintéticas, contando, por outro lado, com disponibilidade de mão-de-obra qualificada, formada através do Centro Regional da Indústria Têxtil e de outros centros, e treinada no parque manufatureiro existente. Da mesma forma, a indústria de confecções encontra no Nordeste condições locais favoráveis, pela existência de mão-de-obra com tradição e a custos competitivos. Ao mesmo tempo vem a região gradativamente alcançando integração vertical entre esses ramos manufatureiros. A introdução de modernas técnicas administrativas e de produção tem permitido a melhoria dos índices de eficiência operacional e de qualidade dos produtos, traduzidos na conquista de novos mercados, inclusive externos.

A expansão prevista para o setor têxtil contempla a implantação de 2 milhões de novos fusos, que serão adicionados nos 600 mil existentes. Os investimentos necessários estão estimados em Cr\$ 6 bilhões (1975-1977), devendo gerar 70 mil novas oportunidades de empregos diretos.

A ampliação da capacidade produtiva de confecções, atualmente de 40 milhões de peças/ano, ensejará atingir 100 milhões de peças-ano, destinadas aos mercados nacional e internacional. Preveem-se inversões de cerca de Cr\$ 1 bilhão e 600 milhões (1975/1977).”

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que esse pólo têxtil deverá ter a maior significação social e econômica para a região nordestina.

São mais setenta mil empregos que surgirão com a implantação dessas novas indústrias, que receberão a ajuda, o impulso considerável dos incentivos fiscais, estimados no triênio em cerca de seis bilhões de cruzeiros.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. MAURO BENEVIDES (Ceará)** — Com imenso prazer, nobre líder Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Senador Mauro Benevides, V. Exª e nós, ensejo tivemos, sexta-feira passada, de ir a nossa terra, com uma comissão de alto nível do Ministério da Indústria e do Comércio, para verificar a situação da praça de Fortaleza. Certo estamos de que, ao voltar, — o que se dará por esses dias — esses altos funcionários traçarão o panorama de nossa praça. E, ao mesmo tempo, darão as razões por que teremos no Sr. Ministro da Indústria e do Comércio — assim o esperamos — um aliado, para junto ao CDE, pedir a exclusão da nossa região desta medida, decisiva que é para todo o nosso desenvolvimento. Medida como esta tem que ser, realmente, apreciada, não em termos nacionais, mas no seu reflexo regional — como bem disse V. Exª Honramo-nos de haver sido um dos batalhadores, para concessão daquele benefício graças ao qual a nossa região, especialmente o Estado de V. Exª e o vizinho Rio Grande do Norte foram eleitos, no tempo do General Emílio Médici, como o Pólo Têxtil Nacional. Não é possível que agora, sem um exame mais aprofundado, vejamo-nos privados dessa benesse. Estamos certos de que o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, com a percuência que tem, com o sentido de justiça que sempre caracteriza os seus atos, será o maior advogado que teremos nesse pleito, que não é de V. Exª, não é nosso; é de todo o povo nordestino.

**O SR. MAURO BENEVIDES (Ceará)** — Não há dúvida, nobre Senador Virgílio Távora, de que a presença dos assessores do Ministério da Indústria e do Comércio, no Ceará, no final da última se-

mana e início desta, a presença daqueles emissários governamentais, trouxe, de qualquer forma, alento e esperança aos empresários do nosso Estado.

V. Ex<sup>a</sup> lá se encontrava — como eu, também — e participamos de reuniões com aqueles técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio. Fomos ao encontro das classes empresariais, e lá recolhemos a impressão de angústia diante dessa perspectiva de se posicionar a anunciada medida do Conselho de Desenvolvimento Econômico. E em outros Estados da Região também repercute o anúncio dessa providência que seria adotada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

A sucursal do **Jornal do Brasil**, em Pernambuco, edição do dia 12 de abril de 1975, veicula essa apreensão das classes empresariais pernambucanas. Diz a sucursal do **Jornal do Brasil Recife**:

#### "TÊXTIL

**Recife** — Informou-se ontem, aqui, que já começa a existir um certo temor de empresários com projetos têxteis em análise na Sudene, sobre os quais não se sabe ainda até que ponto serão afetados pela recente decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) de suspender os incentivos aos empreendimentos do setor.

Alguns técnicos viram na decisão do CDE um grande paradoxo, pois foi o próprio Conselho que aprovou, em novembro do ano passado, o Programa de Industrialização do Nordeste, que prevê a implantação de um complexo têxtil e de confecções onde serão investidos Cr\$ 6 bilhões até 1979, com uma expansão do número de fusos de 600 mil para 2 milhões no quinquênio, e, na área de confecções, uma ampliação da produção de 40 milhões de peças anuais para 100 milhões, criando-se 70 mil novos empregos na região."

Vê-se, Sr. Presidente, que a apreensão se generaliza no Nordeste. Não é apenas no Ceará, onde o Senador Virgílio Távora, eu próprio e o Senador Wilson Gonçalves temos recebido manifestações concretas dessa intranquilidade, diante da perspectiva de se posicionar a anunciada deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

**O Sr. Agenor Maria** (Rio Grande do Norte) — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. MAURO BENEVIDES** (Ceará) — O Estado de Pernambuco, também, já se mostra preocupado, apreensivo e acredito que os outros Estados da região se incorporarão a essa onda de intranquilidade, de apreensão do setor empresarial.

Concedo o aparte, com imenso prazer, nobre Senador Agenor Maria.

**O Sr. Agenor Maria** (Rio Grande do Norte) — Há poucos dias, estive em Natal assistindo à inauguração de um conglomerado que tem como base maior a industrialização vertical do algodão em caroço até alcançar a fabricação da camisa. O desenvolvimento do Rio Grande do Norte, através da indústria que se implanta, hoje, naquele Estado, é por demais auspicioso e o povo da Cidade de Natal e o da vizinha cidade de São Gonçalo, onde se fixa esse conglomerado, estão vivendo, realmente, uma época de euforia. Acredito que não poderemos, nesta hora em que V. Ex<sup>a</sup>, tão oportunamente, defende a industrialização do Nordeste, em termos desses incentivos, deixar de trazer, também, a minha palavra, não só de congratulação, mas de apoio ao que V. Ex<sup>a</sup> vem dizendo da tribuna. Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (Ceará) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Agenor Maria, que representa também a Região nordestina, eleito que foi, e de forma brilhante, pelo bravo povo potiguar.

Acredito, Sr. Presidente, que, diante de tantas manifestações — manifestações das classes empresariais, manifestações da classe

política, já que o assunto focalizado, nesta tarde, recebe assim um apoio, nesta nossa postulação, tanto da ARENA como do MDB —, acredito que não se concretize essa deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Na tarde de hoje, no Recife, acham-se reunidos os Governadores do Nordeste com o Sr. Secretário do Planejamento, Ministro João Paulo dos Reis Velloso. O assunto será obrigatoriamente enfocado na ocasião e S. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, haverá de receber apelo veemente dos Chefes de Executivo do Nordeste para que suste, com a sua ação e com o seu trabalho, essa deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Deixo aqui, portanto, neste pronunciamento, a manifestação da nossa esperança e, mais do que esta, o nosso apelo àqueles que integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para que não modifiquem, absolutamente, essas estimativas do pólo têxtil, que irá significar o investimento de incentivos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros, com perspectivas de setenta mil empregos diretos.

Vamos aguardar, pois, que o Conselho de Desenvolvimento Econômico reformule, ou melhor, não chegue a adotar essa decisão, que contraria frontalmente os impulsos desenvolvimentistas do Nordeste. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ** (Rio Grande do Norte) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Venho renovar um apelo, que tenho feito durante anos seguidos, ao Sr. Ministro do Trabalho, sobre o salário mínimo, cuja revisão novamente se aproxima. Pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os operários nordestinos vêm sendo secularmente injustiçados, pela maneira que vem sendo adotada para a fixação do salário mínimo no plano nacional. Sabemos que o trabalhador nordestino, além de ter um mercado de trabalho limitadíssimo em relação ao Centro-Sul do País, todo ano, quando se faz a revisão do salário mínimo, fica condicionado a dois terços, até menos, em relação aos trabalhadores da região Centro-Sul do País.

E o que representa o salário mínimo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, senão a maneira de vir em auxílio do homem que trabalha para poder manter-se com sua família, dentro de um nível — aqui no nosso País — já muito precário? Tenho a certeza de que, em todo o Nordeste, a vida é mais cara do que em São Paulo e no Rio de Janeiro, para citar somente esses dois Estados. E, no entanto, o salário do trabalhador paulista ou carioca é sempre bem mais alto do que o salário previsto para o trabalhador nordestino. Isso, a meu ver, não tem nenhuma explicação.

Em 1968, Sr. Presidente, pronunciei discurso sobre o assunto, apelando para o então Ministro do Trabalho, nosso colega, Senador Jarbas Passarinho, e dele recebi uma carta não só apoiando e achando justo meu apelo, mas adiantando que esperava, até o término da sua gestão no Ministério do Trabalho, pudesse nivelar, como eu pleiteava, o salário do trabalhador em toda a Nação. Este é o apelo que venho fazer hoje ao Ministro Arnaldo Prieto. Precisamos corrigir essa injustiça, que não poderá continuar por muito tempo, pois que, na realidade, enquanto procuramos, numa luta tenaz, podemos dizer secular, melhorar as condições econômicas da nossa região, não se explica, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, nesta altura em que nos encontramos, no desenvolvimento nacional e sobretudo dentro de um sistema de justiça social, admitir a continuação de tamanha injustiça.

Naquela época, publicado o meu discurso, recolhi, da imprensa brasileira, manifestações as mais expressivas de apoio de treze dos maiores jornais do nosso País. Também hoje, daqui, fica o meu apelo ao eminente Ministro Arnaldo Prieto, que poderá trazer justiça para o trabalhador nordestino, nesta altura em que nos encontramos, de tanta dificuldade e tanta diferença de tratamento entre uma região e

outra. Precisamos corrigir, portanto, Sr. Presidente, esta distorção que alcança o homem que trabalha na região nordestina. Naquela época, a respeito de uma carta que enderecei, repito, ao então Ministro Jarbas Passarinho, recebi, não só de todo o País, mas sobretudo, dos trabalhadores do meu Estado, um comovente agradecimento. E ficaram na expectativa da realização do que prometia aquele eminente homem público.

Hoje, tenho a impressão de que temos mais razões para chegar até ao Ministro do Trabalho, para reclamar, apelar, reivindicar, para que se corrija essa injustiça e que o trabalhador nordestino possa ter o mesmo nível do salário mínimo que for decretado para os outros Estados da Federação.

Eram estas, Srs. Presidente, Srs. Senadores, as palavras que eu deveria pronunciar, nesta tarde, pois sei que se está aproximando a época em que será corrigido o salário mínimo. Agora é a oportunidade de se pedir, de se reclamar ou de se reivindicar que se faça justiça ao homem que trabalha no Nordeste. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

**O Sr. Benjamim Farah** (Rio de Janeiro) — Sr. Presidente, desisto da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

**O Sr. Leite Chaves** (Paraná) — Sr. Presidente, desisto da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES** (Rio de Janeiro) (Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Devo um agradecimento ao Ministro da Marinha, Almirante Azevedo Henning, e também ao Almirante Rezende Rocha, Diretor de Navegação, pelo acolhimento que S. Ex.<sup>as</sup> deram à iniciativa tomada no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, relativa à trasladação dos restos mortais do grande Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama para sua terra natal, num repouso eterno e definitivo, no Panteão dos Heróis ali erigido.

Por intermédio do Assessor da Armada nesta Casa do Congresso Nacional, o Comandante Sérgio, obtive uma entrevista com essas duas altas patentes e, de pronto, encontrei não só o apoio, mas muito mais do que isso, o entusiasmo, para a solenidade que terá lugar na terra goitacá, no próximo dia 10 de junho, véspera de efeméride gratíssima à Marinha Brasileira — a Batalha do Riachuelo.

Incumbido pelo Prefeito de Campos, Sr. José Carlos Vieira Barbosa, de entrar em entendimentos com as autoridades da Marinha, procurei me desincumbir da missão e já agora posso dizer ao Senado que o que se tem em mira realizar, em Campos, é qualquer coisa que fale de perto ao sentimento de civismo de todo o povo brasileiro.

Tenho para mim que o desenvolvimento econômico é muito importante, mas que a parte histórica, o civismo, não pode ser descurado. Os jovens de hoje precisam, cada vez mais, cultuar os seus heróis de ontem. E se há uma figura singular na História do Brasil, pelo exemplo de dignidade, de patriotismo, de coragem, sem dúvida esta é a do Almirante Saldanha da Gama.

De acordo com as atividades que estão sendo programadas, no dia 9 de junho haverá uma solenidade no cemitério São João Batista,

e de lá irão os despojos sagrados para a Escola Naval, na Cidade do Rio de Janeiro; em seguida, serão transportados para Campos. E numa operação muito importante, que dará ainda um colorido muito especial aos atos que ali irão ter lugar, no próximo dia 10 de junho, possivelmente uma viatura anfíbia do Corpo de Fuzileiros Navais irá da foz do Paraíba até a rampa do Cais da Lapa, no município de Campos, quando o esquife será recebido por toda a população, com a presença de contingentes da Marinha de Guerra, do Corpo de Fuzileiros Navais, de uma representação de Aspirantes da Escola Naval e com a participação da Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, também no Estado do Rio de Janeiro, estando previsto que no instante da chegada dos restos mortais do grande e inesquecível herói, uma esquadriha de helicópteros atirárá pétalas de rosas sobre a urna, que será definitivamente depositada no panteão, ao lado do Palácio da Cultura.

Na oportunidade, de acordo com mensagem que o Prefeito José Carlos Vieira Barbosa enviou à Câmara Municipal, será realizada uma solenidade na qual serão agraciados, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da República e altas autoridades do País, com a "Medalha do Mérito Saldanha da Gama", criada em duas categorias, a de ouro e a de prata.

Solicitei, hoje, uma audiência ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, e, logo seja ela concedida, levarei a mensagem do Chefe do Executivo campista, da terra fluminense, para que Sua Excelência compareça ao evento que ali se verificará. Sua Excelência, inclusive, será o primeiro agraciado com a "Medalha de Ouro do Mérito Saldanha da Gama", que também será concedida ao Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo Azevedo Henning.

Sr. Presidente, foi uma tarefa honrosa para mim, e o Prefeito, ao me defender essa incumbência, fez com que minha responsabilidade crescesse. E eu devo, neste instante, mencionar a colaboração da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, através do seu ilustre provedor, Ministro Afrânio Costa, e do seu Diretor-Geral benemérito, Dr. Lázaro.

Sr. Presidente, ainda me valendo da presença na Tribuna, queria pedir permissão a V. Ex.<sup>a</sup>, já que estou tratando de assunto relativo à Marinha de Guerra, para prestar uma homenagem bem sincera — e tenho a impressão de falar em nome de todo o Congresso; não só do Senado — a um grande brasileiro que acaba de passar para a reserva remunerada na Marinha de Guerra, o Almirante Paulo Moreira.

Cientista de renome internacional, chamado, conclamado, requisitado, instado, solicitado a prestar sua colaboração aos organismos internacionais que cuidam da oceanografia, da parte de pesca e de todos os assuntos do mar, o imortal autor de um livro que é uma espécie de Bíblia para quantos se dedicam aos assuntos de interesse marítimo neste País: "O Desafio do Mar", já em várias edições e que, traduzido, compulsado, consultado por todos os estudantes brasileiros, pelos biólogos e pelos militares é, sem dúvida alguma, a obra básica de quantos desejam conhecer esses intricados problemas de tanto interesse para a economia brasileira e, por que não dizer também, para a nossa soberania.

O Almirante Paulo Moreira que, Sr. Presidente Magalhães Pinto, vive na sua mui querida e na minha também queridíssima Cabo Frio, lá no Distrito de Arraial do Cabo, instalando a Universidade do Mar, talvez a obra mais séria realizada neste País, pioneira, como não poderia deixar de ser, mas com objetivos ambiciosos, porque visa a formar mentalidade marítima para os nossos jovens.

E V. Ex.<sup>a</sup>, meu querido Presidente e grande amigo Senador Magalhães Pinto, que é uma espécie, e eu não diria do quarto Senador pelo Estado do Rio, porque agora, esdruxulamente, temos seis, mas de sétimo Senador fluminense, bem sabe o que tem representado a capacidade criadora do Almirante Paulo Moreira. O seu patriotismo é tão grande, e a sua personalidade se agiganta ainda mais, e a dimensão do seu patriotismo pode-se medir, justamente pela circunstância de que, podendo receber as quatro estrelas de Almirante de Esquadra, sabendo que a Diretoria de Pesquisas e Ciên-

cias da Marinha deve ficar sob o comando de um vice-almirante, *pretendeu ingressar, — e conseguiu aliás — na reserva remunerada*, porque um almirante quatro estrelas teria que vir para Brasília, e o Almirante Paulo Moreira não sabe andar em seco. Aqui nesta região, com este clima, e também por ser uma área central, apenas lembrando o mar nesse lago poluído de Brasília, que não tem a sedução dos mares de Cabo Frio, dos mares do Sul e do Norte deste País, ao deixar esse ramo das Forças Armadas, o Almirante Paulo Moreira timbrou em permanecer em Arraial do Cabo. Há uma circunstância muito importante na sua opulenta biografia: ali ele reside na casa que pertenceu a um pescador, cujo nome pronuncio aqui com reverência, o pescador Betinho, que ensinou muita gente a pescar, inclusive o Ministro Hermes Lima, que acompanhei num barco e bem me recordo, de que S. Ex<sup>a</sup> pensava que o pescador estava sendo agradável ao seu posto, sem se aperceber da riqueza daqueles mares piscosos, onde ocorre um fenômeno importantíssimo, que é o da ressurgência, estudado, pesquisado pelo Almirante Paulo Moreira, S. Ex<sup>a</sup> inclusive, lançou, pioneiramente neste País, a idéia das fazendas aquáticas, ou seja, a "aquacultura", e hoje já vemos as jangadas, aparentemente rústicas, construídas com bambus — tipo bambu-pará-entrelaçadas com fibras de nylon e que visam fazer a criação de ostras, de mexilhões, dos chamados frutos do mar, tão importante à alimentação humana pela imensa quantidade das proteínas que possui. Embora nossos compatriotas ainda não tenham adotado esse sistema de consumo das coisas do mar, dos produtos do mar, o Almirante Paulo Moreira quer transformar tudo isso em fonte de divisas, já que esses produtos chegam ao Brasil, enlatados, procedentes da Suécia, da Dinamarca, de outros países e, Sr. Presidente, para tristeza minha até do Peru.

Aquele peixe "bonito" do Senador Magalhães Pinto, não o peixe bonito no sentido de beleza mas o chamado "bonito", de que S. Ex<sup>a</sup> tanto gosta nos seus raros momentos de lazer, que não é lazer, praticamente, para um homem do seu temperamento, porque em Cabo Frio, S. Ex<sup>a</sup> apenas dilata a fronteira; tenho visto e dou o meu depoimento de pessoas que, de todo o Brasil, comparecem à sua casa, tão bonita, ali na chamada Passagem, que é justamente o trecho do canal do Oceano Atlântico que vai formar a formosa lagoa de Araruama. Lá, quando S. Ex<sup>a</sup> pensa que vai descansar, não o faz, pelo contrário, carrega pedras ainda maiores, porque são os jornalistas, são os políticos, e S. Ex<sup>a</sup> como político, tem uma virtude muito importante para mim — sou seu amigo, e faço questão de declarar: S. Ex<sup>a</sup> diz onde está, recebe na porta, dá o seu telefone, enfim um procedimento político, que na sua vida conta com um dado positivo e fez com que o povo de Cabo Frio e de todas as áreas circunjacentes lhe quisessem muito bem, como lhe querem, a ponto de eu dizer que consideram o nosso eminente Presidente como o sétimo Senador do Estado do Rio de Janeiro.

O peixe é o "bonito", cuja pasta é manufaturada no Peru e consumida em todos os restaurantes deste País. Nós temos o peixe, mas pela falta de uma política de incremento, de apoio à pesca brasileira, ele é industrializado num país da América Latina e chega de volta para o consumo brasileiro. Por quê, Sr. Presidente? Não compreendo. Essas são as preocupações do Almirante Paulo Moreira.

Tenho a impressão de que quando eu fizer circular o *Diário do Congresso*, Seção do Senado, em Arraial do Cabo, todos os pescadores, todos os habitantes, ficarão satisfeitos comigo, por estar aqui homenageando aquela figura simples: um almirante que se confraterniza, que orienta, que esclarece, que instalou um laboratório que passou a ser uma espécie de atração turística. O Almirante Paulo Moreira deixa a Marinha para, paradoxalmente, servi-la ainda mais. Ex-superintendente da SUDEPE, autor do projeto da reforma do navio oceanográfico Saldanha da Gama, que tem prestado serviços à ONU, particularmente à UNESCO, esse homem, jovem ainda, mas encanecido no serviço da Pátria, bem merece a homenagem que, neste instante, lhe presto, quando de sua passagem para a reserva

remunerada da Marinha. Podendo ganhar uma fortuna, chamado que foi para os Estados Unidos e para a França, preferiu continuar no Brasil. E esta fidelidade à terra e ao mar fez com que eu Sr. Presidente, no dia de hoje, neste final de sessão, erguesse minha voz para homenageá-lo.

Parabéns Almirante Paulo Moreira, por não desertar da obra que é muito sua.

A Marinha de Guerra Brasileira deve sentir-se envaidecida por ter um homem desse porte, que a honra, que a eleva, que a dignifica e que a glorifica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não descuidado e feliz mas, ao revés, sofrido e apreensivo, volto a percorrer o meu itinerário fluminense onde os meus olhos se defrontam com toda sorte de problemas que afligem o povo, vítima de um desgoverno longo, estéril, ocioso, em tudo e por tudo apenas preocupado com a própria projeção pessoal realizada através dos mais diversos veículos de comunicação de massa.

Eu sabia que ia mal a administração no velho Estado do Rio, mas, vivendo a política da Guanabara e do Brasil como um todo, não me parecia justo, então, imiscuir-me em assuntos de uma região que dispunha de sua própria bancada. Agora, o caso é outro. Agora, sou o representante fluminense no Senado da República, e desde aqui me cumpre alertar a administração recém-instaurada na nova unidade da Federação para que ela possa atender aos reclamos e suprir as deficiências que fazem sofrida a gente fluminense.

Continuo nas pegadas deixadas nas estradas que a Imprensa está abrindo, não com o intuito malsão de expor à luz do sol as chagas que assolam populações inteiras no Estado do Rio, mas com o fito de convocar a atenção dos novos dirigentes a fim de que as providências governamentais não tardem, pois não será possível suportar por mais tempo tantas angústias e tantos descabros.

Creio não exagerar quando afirmo que não existe um só município fluminense — um apenas! — onde a infra-estrutura do saneamento básico corresponda às necessidades primárias e vitais de suas populações.

O mal, desgraçadamente, é geral. Neste particular, só cabe ao representante do povo dizer e redizer, falar e repetir, até que o Governo tenha olhos para ver e ouvidos de ouvir e se capacite da irrefutável afirmação de que, sem água corrente e sem esgotos sanitários, todas as populações serão sistemáticas e continuamente batidas pelas enfermidades e pelas doenças, pelas infecções e pelas epidemias, agravando o problema médico-sanitário, encarando-o, na execução, e dando-lhe o caráter de permanente roubador de braços ao trabalho e de gente útil à sociedade.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fixar-me, ainda que apenas nas suas linhas mais vivamente sofridas, nas ofensivas realidades que se abateram sobre os brasileiros de Rio Bonito, de tantas tradições na terra fluminense.

Começo pelo ensino: para uma população global de mais de quarenta mil almas — apenas dois ginásios, ou, como da moderna nomenclatura, duas escolas de segundo grau. Isto quer dizer, e desde logo, que a juventude de Rio Bonito não pode ir além do primário, praticamente, pois o segundo grau não tem capacidade para absorver os que terminam o primeiro. E, havendo apenas dois estabelecimentos de segundo grau, um deles é mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; o outro é particular. No primeiro, as despesas escolares vão ao máximo de 600 cruzeiros por ano (com a condição dos meninos não usarem cabelos compridos, de as meninas não usarem minissaias, e de os namoros serem autorizados por escrito pelos pais); no segundo, a anuidade é de quase 4 mil cruzeiros! A verdade é que a insuficiência do ensino médio, em Rio Bonito, é alarmante.

E alarmante é, ainda, a pobreza de fontes de absorção da mão-de-obra, ali deveras ociosa. Outrora, Rio Bonito se destacava como o maior centro produtor de bananas do Estado do Rio. O desamparo a que relegada aquela agricultura especializada, os escorchantes impostos, os preços vis, a falta de industrialização de tão importante matéria-prima alimentar, tudo se somou à ausência do Governo, para fazer com que o velho município baixasse à condição de região onde a população economicamente ativa nem chega a atingir vinte por cento da população global.

Menos de oito mil pessoas — num total de quarenta mil — encontram serviço, em Rio Bonito. E, nessas oito mil ocupadas, sobrepõe-se notar o número alevantado de menores, sobretudo arrebanhados pelas modestas olarias locais, quase todas exclusivamente voltadas à fabricação de tijolos. Tais cerâmicas, de pequeno porte industrial, empregam 40% do seu pessoal recrutados entre menores, menores a quem se paga salário abaixo do fixado em lei, menores a quem se nega qualquer vínculo empregatício.

E, Sr. Presidente, as autoridades locais sabem e não escondem tal fato. A alegação (que todos têm por verdadeira) é que pagando os salários da lei, e os encargos sociais da lei, aquelas pequenas fábricas não subsistiriam, agravando o já gravíssimo problema social.

O desemprego generalizado, e o baixo emprego, agravam todos os problemas em Rio Bonito. A falta de poder aquisitivo das massas gera todos os infortúnios. A fome e a doença campeiam, sem que uma e outra encontrem assistência estatal ou privada. Não existe, é óbvio, medicina preventiva, e a medicina curativa e a assistência hospitalar são uma quimera.

Ensino, transporte, saneamento básico, higiene, energia, comunicações, saúde pública — tudo, tudo falta em Rio Bonito, que se situa senhor de um triste privilégio parte do grupo de municípios fluminenses que se destacam pela irrisória arrecadação do ICM.

Até mesmo a última esperança dos riobonitenses não vai além de uma simples e moderníssima esperança. Explico-me: suas terras foram julgadas excelentes para a formação de vastos laranjais. A lavoura citrícola começa a aparecer, em largas áreas. Milhares de laranjeiras já foram plantadas; muitos outros milhares serão plantados. Trata-se de um empreendimento agroindustrial, eis que, simultaneamente, se está erguendo em Rio Bonito uma indústria para a produção de suco de laranja, tanto para o mercado interno como para a exportação.

A população local — da qual 80% não têm trabalho — espera pelo milagre impossível, pois a fábrica não poderá absorver, com a tecnologia a ser aplicada, mais do que duzentos empregados, aí computados, inclusive, os técnicos que, necessariamente, terão de vir de fora.

A lavoura — de banana ou laranja — poucos braços acolhe. E as olarias, rudimentares, algumas mesmo primitivas, não só não podem crescer como a que é pior, baixam sua produção em mais da metade, se cai a chuva com maior intensidade.

Não havendo nem estímulos fiscais, nem financiamentos públicos, Rio Bonito, hoje tão perto de Niterói e do Rio, com as estradas asfaltadas e a ponte que une as duas grandes cidades, o que está importando, para cúmulo de seus males, é a criminalidade.

Sem trabalho, sem instrução, sem alimentos, sem cuidados assistenciais, sem infra-estrutura de saneamento — com fome e doente — a população, de ordinário pacata e ordeira, como sabem ser no seu sofrimento as nossas desassistidas populações interiores — está sendo explorada, por agitadores, e invadida por criminosos cidadãos que para ali emigram (tão perto do Rio, tão fácil o caminho com a ponte!) e que, enquanto esperam pelo oficial esquecimento de seus crimes, vão povoando a cidade de novas angústias e novos sofrimentos.

Impotente ante tão indesejados criminosos, a polícia de Rio Bonito só pode mesmo assistir, inerte e inútil, o florescimento do crime.

E assim, aquele antes próspero município do Estado do Rio, vai ganhando o infeliz apodo de "rio feio", pelas mazelas advindas de um governo que não previu, para prover.

Dando à demasiada sofrida posição do município de Rio Bonito o colorido da verdade, sem um acrescento qualquer, cumpro meu dever de homem público, o meu inarredável dever de representante do povo fluminense no Senado da República.

E faço-o compungido, deveras; mas esperançoso de que as ressonâncias deste ilustre plenário sejam tantas e tamanhas que possa ouvi-las o Governador Faria Lima e, ouvindo-as, determine as providências que levem àqueles patricios nossos as possibilidades de dias menos ásperos e menos rudes.

É que almejo ao ilustre marinheiro que ele seja, para os fluminenses, o Governador da fusão do povo com o desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 57, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1973, de sua autoria, que dispõe sobre o encaminhamento, pelos médicos que realizarem cirurgia plástica ou correção ortopédica, de fotografias e outros elementos de informação ao Instituto Nacional de Identificação.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 58, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1973, de sua autoria, que revoga os capítulos I, II e III do título II, Livro I, do Código Civil Brasileiro e dá outras providências.

— 3 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 30, de 1975), do Projeto de Resolução nº 70, de 1974, que suspende a execução do art. 192 *caput*, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Redação da emenda constitucional nº 2, de 30 de junho de 1972, e das expressões "sofrer acidente ou", constantes do parágrafo único do referido artigo 192.

— 4 —

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 28, de 1975), do Projeto de Resolução nº 3, de 1975, que suspende a execução do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte que incluiu os itens 19 e 22 do art. 3º do Decreto-lei nº 78, de 1969.

— 5 —

Discussão, em turno único, da emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1973 (nº 1.493-B/73, na Câmara dos Deputados), que revoga os arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que "dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade e dá outras providências", tendo

**PARECERES**, sob nºs 555, e 556, de 1974, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, **Contrário**; e

— de Legislação Social, **Contrário**.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15-4-75, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 16-4-75:**

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por mais que um Senador da República deva tratar dos assuntos em termos nacionais — como pensamos que vimos tratando — ele não pode esquecer, também, que representa um Estado da Federação, cujos problemas maiores precisa trazer ao conhecimento da Nação, mesmo porque estes sobre ela se refletem.

Permitam-nos assim que, nesta tarde, tracemos algumas rápidas pinceladas sobre a situação atual de Pernambuco, seus problemas e perspectivas. É um dever a que não queremos fugir, em favor, mesmo, de um Povo que nos deu tão expressiva vitória nas últimas eleições majoritárias.

A realidade de Pernambuco não se aparta, como não poderia deixar de ser, da do próprio Nordeste. É assemelhado o processo econômico em que vive, com os mesmos déficits e baixos níveis de vida regionais. Talvez piores, pois nossa economia não apresenta igual dinamismo do regional.

Nas andanças feitas pelo interior do nosso Estado, antes e depois da campanha eleitoral, temos guardado, na retina dos olhos e na angústia do nosso ser, o quadro de uma gente sacrificada e sofrida, sempre à espera de melhores dias que não vêm.

É o agricultor. O que planta cana, feijão, abacaxi, mamona, algodão, café, cebola, etc., todos a braços com mil e um problemas, a começar pelos preços insatisfatórios e instáveis para seus produtos. São várias as reclamações que recebemos em relação à assistência técnica que é devida, à política de crédito, à eletrificação rural, aos sistemas de armazenamento, às centrais de abastecimento, às comunicações e transportes, à estrutura fundiária, ao cooperativismo desestimulado, aos programas de saúde e educação de base. A pecuária enfrenta problemas assemelhados, tornando agudas as questões sociais e econômicas do setor primário.

É a pequena e média indústrias que se arrastam a duras penas, sendo exceções as cidades mais distantes que contam com as fábricas que a SUDENE ia trazer. Com efeito, continua a concentração industrial na área metropolitana do Grande Recife, onde se situam 60% dos empregos e mais de 70% da folha de pagamento industrial do Estado. Como já afirmou o Economista Rubens Vaz da Costa, uma política de estímulos poderia ter obtido a localização de maior contingente de projetos industriais novos em cidades do interior.

Resalte-se, também, que o grande empresariado nativo, mesmo o regional, das próprias cidades maiores, está cada vez mais estrangulado. O fato é que o desenvolvimento industrial do Estado foi realmente insatisfatório na década de 60.

É o comércio, refletindo a pobreza de uma vida econômica e frágil. Os próprios Municípios ali estão vivendo, em grande parte, das cotas de participação que recebem da União.

Fácil verificar, então, a situação do assalariado, do homem que trabalha na cidade, ganhando uma diária miserável, ou, a exemplo dos funcionários públicos, uma remuneração incompatível com um padrão de vida razoável. Os casos das professoras municipais ou do MOBREAL são bem ilustrativos dessa difícil situação do interior de Pernambuco e de todo o Nordeste.

O salário mínimo regional é o menor do País, embora reconheça-se que ali é onde maior é o custo de vida. As donas-de-casa, mais que quaisquer outros, são as que sentem, de perto, os dias difíceis que atravessam. O desemprego grassa e até se agrava.

A maioria das cidades interioranas não tem condições, nem de estudo nem de trabalho, para oferecer a seus filhos, não podendo fixá-los à gleba, quando crescem. Eles, que poderiam ser a força revivificadora da terra que os viu nascer, vão embora para outros mundos...

A fome campeia. Aliás, está comprovado que a desnutrição é a causa maior da mortalidade infantil que atinge índices alarmantes, como o mostra a tabela que aqui temos:

TABELA

Mortalidade infantil, em Pernambuco e microrregiões — 1971

Pernambuco e Microrregiões	Nascidos vivos	Óbitos menores de 1 ano	Taxa de mortalidade infantil	Nº de Municípios que deram informações sobre Óbitos. No parêntese o nº total de Municípios	
<b>Pernambuco</b>	149.656	25.532	170,6	118	(164)
01. Araripina	3.357	70	20,8	3	( 8)
02. Salgueiro	2.574	144	56,0	3	( 8)
03. Sertão do S. Francisco	4.582	360	78,5	4	( 9)
04. Alto Pajeú	5.340	471	88,2	6	(15)
05. Sertão do Moxotó	2.735	132	48,2	4	( 6)
06. Arcoverde	3.594	599	166,6	4	( 7)
07. Agreste Setentrional	12.708	2.801	220,4	18	(19)
08. Vale do Ipojuca	15.363	3.572	232,5	12	(17)
09. Agreste Meridional	16.072	3.897	242,4	21	(29)
10. Mata Seca Pernambucana	12.195	2.323	190,4	14	(17)
11. Região Metropolitana	62.291	7.315	117,4	9	( 9)
12. Mata Úmida Pernambucana	18.217	3.605	197,8	20	(20)

**FONTE:** Boletim de Estatística de Saúde do NE — nº 18, dezembro de 1972 — CRESNE

**OBS.:** Os nascidos vivos foram calculados, aplicando-se a taxa de natalidade de 32 por mil habitantes para Pernambuco e 34 por mil para as microrregiões. A população considerada foi a dos municípios que prestaram informações de óbitos.

Como se vê, de mil crianças que nascem vivas, em Pernambuco, 170,6 morrem antes de atingir a um ano de idade.

Já o Agreste Meridional tem uma taxa maior ainda, atingindo cerca de 242 óbitos em cada mil.

Enquanto isso, sobra leite em Pernambuco, por falta de poder aquisitivo do povo. Ainda agora, em nossa última ida ao Estado, durante a Semana Santa, visitando Municípios do Agreste Meridional, tivemos oportunidade de ir a encontro realizado pela CILPE (Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco) com fornecedores da região, em que a companhia estadual pretendia estabelecer um corte no atual fornecimento do produto, alegando produção excedente, pois não havia mercado para colocar algumas dezenas de milhares de litros.

Ali estavam os produtores na iminência de terem encurtadas suas cotas de fornecimento, obrigados a reduzir o leite produzido, diminuindo os rebanhos ou enfraquecendo as rações, em prejuízo da mão-de-obra empregada e agravando, conseqüentemente, a crise social.

A solução, a médio prazo, seria a concessão de recursos, pelo Governo federal, para ampliação da capacidade de transformação do leite em pó (pasteurização), através da instalação de equipamentos adicionais na GISA (Garanhuns Industrial S/A), onde se processa o produto naquela região. A solicitação que teria havido nesse sentido, através de memorial enviado ao Ministério da Agricultura pelo Governo do Estado — e que infelizmente não nos chegou às mãos, apesar de o havermos solicitado — não foi, até hoje, solucionado. E aproveitamos esta oportunidade para apelar ao Ministro Alysso Paulinelli no sentido de atendê-lo, o quanto antes, na solução proposta.

Mas, a curto prazo, não nos parece que se deva insistir na redução da produção do leite, quando há crianças famintas, doentes e moribundas à falta de alimentação. Que se utilize o leite excedente para alimentá-las, através de um fornecimento racional. É que, mais que superprodução, o que há é subconsumo, é retração do mercado, sem poder real de compra, em face da baixa renda familiar da maioria do nosso povo. Não escandalizemos, mais ainda — suspendendo a produção de leite — os órgãos internacionais que tratam do assunto, a exemplo da Organização Pan-Americana de Saúde, cujas estatísticas a respeito da alimentação de nossos menores são simplesmente estarecedoras. Ainda no último dia 10 de abril, o **Jornal de Brasília** afirmava que 60% das crianças de idade inferior a 6 anos morriam por desnutrição no Recife.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é com prazer que falamos desses problemas. Seria mais agradável falar das glórias ou das belezas de Pernambuco. Mas vimos para o Senado para tentar colaborar na busca de soluções para nosso Povo.

O fato é que toda essa situação espelha a crise econômica e social em que nos encontramos, que pode ser constatada, igualmente, através de dados oficiais.

Aliás, a perda de posição relativa de Pernambuco, seja no confronto com o Brasil, seja com o Nordeste, é reconhecida e proclamada pelo próprio Governo.

Assim, a administração anterior à atual elaborou o chamado PRAC — Programa de Ação Coordenada — do qual se pode tirar algumas conclusões, em seguida especificadas.

Tomando-se o período 1947/67, o crescimento do produto gerado pela economia do Estado (5,2%) foi menos dinâmico que o do Nordeste (5,5%) e do Brasil (5,8%). A tabela infra-apresentada é assaz elucidativa:

TABELA 1.2  
Pernambuco, Nordeste e Brasil: Índices do Produto  
Interno Líquido Real a Custo  
De fatores (1) — 1947-67

ANO	ÍNDICES DO PILcf 1949 = 100		
	Pernambuco (1)	Nordeste (1)	Brasil
1947	94,5	93	87,2
1948	98,1	96	94,5
1949	100	100	100
1950	105	105	107
1951	108	104	112
1952	111	113	123
1953	112	111	127
1954	123	126	138
1955	125	131	150
1956	137	140	152
1957	157	159	164
1958	161	159	172
1959	164	174	180
1960	180	191	198
1961	197	204	223
1962	208	212	139
1963	226	226	240
1964	227	232	245
1965	235	243	249
1966	236	247	252
1967	259	272	268

FONTES: Dados básicos: FGV — IBRE — CCN.

(1) — Usaram-se deflatores calculados pelo IPEA e MINIPLAN, para o Nordeste.

(2) — Usaram-se deflatores calculados pelo CONDEPE para Pernambuco.

No confronto entre as estimativas e predições feitas para a economia de Pernambuco e os cálculos recentes de estimativa do crescimento do Nordeste e do Brasil (não existem cálculos efetivos recentes para o Estado) mostram esse mesmo fenômeno. Na verdade, enquanto que a projeção do crescimento do produto para nosso Estado, entre 1967/75, situa-se em torno de 5,6%, o crescimento do Brasil, entre 1967/73, foi de mais de 9% e o do Nordeste, em igual período de tempo, de mais de 8%.

A mesma constatação pode ser feita em relação à participação, do produto gerado em Pernambuco, no produto gerado pela economia nordestina e brasileira. Pela Tabela (nº 1.4) constante do PRAC, abrangendo o período 1947/67, complementada com dados para 1968 e 1969, verifica-se que de uma participação de 26% do Estado na região e até de 28% em 1951 e em 1958; chega-se a 24% nos últimos anos. E em relação ao Brasil, nossa participação declina de 4,1%, nos dois primeiros anos da série (1947 e 1948) para 3,4% nos dois últimos (1968 e 1969).

Veja-se a tabela que se segue:

TABELA 1.4  
Brasil, Nordeste e Pernambuco: Produto Interno Líquido — 1947-67  
(A Custo de Fatores)  
PRODUTO INTERNO LÍQUIDO, C.F. (VALORES EM CR\$ 1.000.000)

Anos	Pernambuco <sup>(1)</sup>	Nordeste <sup>(1)</sup>	Brasil <sup>(1)</sup>	<sup>(1)</sup> / <sup>(2)</sup> (%)	<sup>(1)</sup> / <sup>(3)</sup> (%)
1947	5,76	22,1	141	26	4,1
1948	6,85	25,4	166	27	4,1
1949	7,59	28,5	196	27	3,9
1950	9,11	34,6	233	26	3,9
1951	10,80	38,8	271	28	4,0
1952	11,80	45,9	337	26	3,5
1953	13,60	51,7	399	26	3,4
1954	18,1	69,7	523	26	3,4
1955	21,7	85,7	665	25	3,3
1956	29,8	115	840	26	3,5
1957	37,4	142	1.025	26	3,6
1958	43,8	158	1.200	28	3,7
1959	57,3	236	1.616	24	3,5
1960	79,4	338	2.246	24	3,5
1961	120	485	3.380	25	3,6
1962	205	852	5.533	24	3,7
1963	393	1.484	10.017	26	3,9
1964	732	2.926	19.083	25	3,8
1965	1.151	4.709	30.147	24	3,7
1966	1.517	6.195	42.905	24	3,5
1967	2.122	8.789	57.972	24	3,7

FONTE: FGV, Conjuntura Econômica, vol. 24, nº 6, 1970.

Muitas outras informações, sobretudo sobre os setores de produção, podem ser citados, como, por exemplo, o fato de haver declinado a participação da indústria e da agropecuária de Pernambuco na economia nordestina, pelo menos até 1967.

Na verdade, enquanto de 1949 a 1967 a agropecuária cresceu em Pernambuco cerca de 118%, a do Nordeste cresceu 130%. Pior ainda foi o comportamento da indústria em Pernambuco que cresceu, naquele período, cerca de 114%, enquanto no Nordeste o crescimento foi de 148%. Apenas para as atividades terciárias (comércio, administração pública, finanças, serviços pessoais, etc.) o nosso ritmo de au-

mento foi praticamente equivalente ao do Nordeste. Assim, as taxas anuais de crescimento nos três setores, de 1947 a 1967, foram:

Agricultura		Indústria		Serviço	
NE	PE	NE	PE	NE	PE
4,7	3,8	5,2	4,5	6,0	6,1



A esse respeito é eloqüente a seguinte tabela:

TABELA 1.6

Pernambuco e Nordeste: Índices do crescimento real do Produto Interno Líquido  
A custo de fatores, por setores — 1947-67

Anos	ÍNDICES DO PIL c.f. (1949 = 100)					
	Pernambuco			Nordeste		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1947	104	88,5	95,6	91	91	96
1948	109	90,5	98,2	95	92	98
1949	100	100	100	100	100	100
1950	108	103	106	105	103	106
1951	105	95,9	114	94	97	114
1952	99,7	95,9	126	99	105	127
1953	111	95,2	120	103	105	120
1954	125	107	137	116	116	137
1955	120	109	141	119	126	141
1956	125	134	148	125	153	148
1957	141	137	175	134	167	175
1958	131	143	179	121	184	179
1959	148	156	185	143	221	187
1960	161	162	215	154	224	215
1961	158	176	232	161	230	233
1962	178	180	250	173	214	250
1963	192	180	261	185	220	262
1964	184	198	268	187	252	267
1965	200	275	202	202	257	277
1966	195	184	284	201	238	284
1967	218	214	310	230	248	309

Fontes: Dados básicos: FGV — IBRE — CCN, IPEA — MINIPLAN — CONDEPE.

Pode-se argumentar que, a partir de 1967, o Estado pode ter-se recuperado. Mas isto não aconteceu.

Se tomarmos, por exemplo, o consumo industrial de energia elétrica, entre 1966 e 1971, observa-se o seguinte comportamento:

CRESCIMENTO CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA (1960/71)	
Estados ou Regiões	%
Pernambuco	64%
Bahia	178%
Nordeste	108%

No que se refere à agropecuária, o desempenho do Estado, com relação a alguns produtos, indica que não foi grande a contribuição deste setor: entre 1967 e 1971, a produção de cana-de-açúcar declinou, idem a de algodão em caroço, o mesmo ocorrendo em relação ao efetivo bovino do Estado.

Tudo isto se reflete, evidentemente, no nível de vida do habitante de Pernambuco, a partir das condições de trabalho existentes. No que se refere à ocupação da força de trabalho, isto é, da população que demanda emprego, as informações oficiais do PNAD — Programa Nacional de Amostragem — através da Fundação IBGE, mostram para o 4º trimestre de 1972 as seguintes taxas de desemprego, que estabelecem o percentual das pessoas em situação de desocupação (desocupados + pessoas que trabalham menos de 15 horas semanais + pessoas de 20 a 39 anos que embora ocupadas não são remuneradas) em relação com o total da força de trabalho.

TAXAS DE DESEMPREGO — 1972  
PNAD — Fundação IBGE

ESTADOS E REGIÃO	Taxa de Desemprego	
	Total	Urbano
Pernambuco	9,6	7,4
Bahia	9,4	5,8
Total do Nordeste	8,8	5,8

Como se vê, Pernambuco apresenta, também neste particular, a pior situação, sobretudo nos centros urbanos, onde provavelmente o Grande Recife tem influência relevante.

Ainda com relação à ocupação, se, do total de pessoas ocupadas (autônomos, empregadores, empregados), retirarmos a categoria de empregados, e verificarmos os seus níveis de remuneração, observaremos que dos 770 mil empregados no Estado, no 4º trimestre de 1972, 532 mil, ou seja, 69%, recebiam remuneração mensal de até 1 salário mínimo.

Rubens Costa, em palestra pronunciada na Academia Pernambucana de Letras, em 20 de setembro de 1974 afirma:

“Quarenta e cinco por cento dos trabalhadores pernambucanos dedicam-se às lides rurais. Quase um terço dos que laboram no campo, no entanto, são classificados como “membros da família, sem remuneração”, isto é, não recebem qualquer contraprestação em dinheiro pelo seu traba-

lho. Dos 243.000 trabalhadores rurais que eram pagos exclusivamente em dinheiro, 99% recebiam até um salário mínimo, sendo que 25% ganhavam até 1/4 do salário mínimo, 46% de 1/4 a 1/2 salário mínimo e 28% de 1/2 a 1 salário mínimo. Evidentemente, tal estrutura de remuneração do trabalho rural não torna o campo mercado importante, nem a agricultura atividade atraente.

Esta grave situação pode ser vista de outro ângulo. Segundo dados publicados pelo IBGE, das 756.000 pessoas que exerciam atividades agropecuárias em 1969, 712.000 (94%) declararam ser "trabalhadores de enxada". É evidente que o labor humano apoiado no mais rudimentar dos instrumentos de trabalho e desassistido de força motriz só pode ter baixíssimo rendimento. Daí porque é inaceitável o nível de vida e inadequados os padrões de consumo, saúde, educação e nutrição de grande parte da população rural de Pernambuco."

Por trás disso está toda situação do subemprego, que foi também captado pelo Censo Demográfico de 1970, levantado oficialmente pela Fundação IBGE do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Através desse levantamento verificou-se que:

- 1) de 770 mil pessoas ocupadas no Estado, em atividades comerciais, 33 mil eram classificadas como **vendedores ambulantes**;
- 2) de 111 mil ocupados na atividade de prestação de serviços, 97 mil eram **empregados domésticos, engomadeiras, lavadeiras, etc.**
- 3) do total dos classificados como **engajados em outras atividades**, cerca de 123 mil, 20 mil constituíam **trabalhadores braçais sem especificação da profissão**, 21 mil em ocupações mal definidas e 16 mil procurando trabalho pela primeira vez, isto é, desempregados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dados que aqui arrolamos, e outros que constam dos quadros que integram este nosso pronunciamento, mostram a necessidade que tinha Pernambuco de sair do atraso e sobretudo da situação de retardatário do processo de crescimento regional. Mas, como fazê-lo?

Ainda no último dia 10 dizia, pela imprensa, o Engenheiro Gerson Teixeira da Costa, Professor da Universidade Federal, que o desenvolvimento do nosso Estado "obedece a uma evolução que acentua cada vez mais o desequilíbrio entre as necessidades reais de sua população e a desejável oferta de bens, num contexto nacional que o situa cada vez mais pobre".

O Governo de Pernambuco, que há pouco findou, não pôde fugir — nem poderia fazê-lo — a essa realidade, cada vez mais angustiante.

Entendendo que à indústria caberia desempenhar papel relevante na dinamização e transformação do nosso processo de crescimento econômico, reconheceu ser necessária a criação de condições para um surto maior de industrialização.

Surgiu, então, o Projeto Integrado de Suape, constituído pelo terminal oceânico e centro industrial adjacente, como a grande e talvez única solução para o atraso econômico de Pernambuco.

Na última campanha eleitoral, Suape era apresentado como a realização maior do Governo de então.

Nos programas de TV apareciam, até, navios manobrando, entrando e saindo no Porto que, de fato, não existia.

No interior do Estado, perguntávamos se já havíamos visitado as obras de Suape. É que a idéia, que existia apenas na cabeça de alguns é nas pranchetas oficiais, fora vendida, pela propaganda dirigida, como coisa consumada, real, palpável e irreversível. Nesse sentido, terá havido um verdadeiro engodo à opinião pública.

É preciso que se reponham as coisas nos seus devidos lugares e que, antes de mais nada, honestamente, esclareça-se ao grande público, que o que existe, simplesmente, são estudos de base, visando à construção de um complexo industrial com terminal marítimo.

Em segundo lugar, informe-se que, ao contrário do que tem sido alardeado, o Governo federal ainda não encampou a iniciativa, pelo

menos em termos de execução, estando na expectativa de constatar, antes, a viabilidade de sua implantação, de forma que assegure utilização econômica e racional, que justifique os vultosos recursos que sua concretização exige.

Com efeito, conforme podemos constatar pela consulta de documentos legais ao nosso alcance, apenas o II Plano Nacional de Desenvolvimento refere-se a Suape, e isso uma única vez, quando específica objetivos que, "na Região Nordeste, a estratégia urbana procurará alcançar". Basta dizer que não há, em favor desse empreendimento, verba específica alguma, nem na Lei Orçamentária, nem no Orçamento Plurianual de Investimentos.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?**

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) —** Com muita honra, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) —** Visa nossa intervenção apenas informar a V. Ex<sup>a</sup>, Relator que fomos do Plano Nacional de Viação, quando tramitou o projeto em questão por este Congresso, especificamente por esta Casa, repondo a verdade dos fatos e fazendo justiça a quem deve: foi uma das solicitações expressas que recebemos do Ministério dos Transportes, a inclusão, com aceitação de emenda, justamente pertinente ao complexo de Suape. E nós, como cearenses, neste momento, fazendo coro com as reivindicações dos irmãos pernambucanos, prazer muito tivemos em assim proceder, encampando parecer do eminente Senador Alexandre Costa.

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) —** Parece-nos altamente valiosa a contribuição trazida pelo nobre Senador Virgílio Távora, que vem exatamente ratificar a afirmação, que aqui fizemos, de que o Governo Federal não está alheio ao assunto, mas na expectativa da viabilidade do empreendimento a que Pernambuco se propõe. Poderíamos acrescentar mais: haveria, do Ministério dos Transportes, o propósito de até mesmo reduzir os investimentos para o atual porto de Recife, para o qual existem verbas no montante de 271,9 milhões de cruzeiros, em favor de uma possível construção futura de Suape, redimensionando assim os investimentos, caso, exatamente, se comprove a viabilidade daquela grande obra.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos procurando, com muita isenção, fazer um relato do que existe a respeito desse complexo industrial com terminal marítimo porque, na verdade, parece ter havido açodamento na maturação da idéia, que não foi precedida por uma ampla abertura de debates, junto aos meios técnicos e científicos do País. Nem se apresentou, até hoje, o leque das alternativas estudadas para justificar a prioridade que se deu a Suape. Tudo faz crer que o Governo estadual tomou uma simples decisão política unilateral em torno de um problema que, sendo essencialmente econômico, estava a exigir opção consciente entre possibilidades várias, visando quebrar o nosso círculo de miséria.

Isso não nos impele, entretanto, a uma atitude de represália, colocando-nos contra um empreendimento que poderá, sem dúvida alguma, dinamizar o ritmo do nosso progresso. O fato de que não existe, hoje, capacidade de produção, ou de movimentação de cargas, que justificasse o porto, não invalida o projeto. Pelo contrário é, de uma certa forma, a sua justificativa, pois Suape propõe-se, exatamente, a ser um dos fatores detonadores de um grande surto de industrialização dinâmica regional. Servirá de infra-estrutura básica para novos investimentos, gerando, no final das contas, demandas futuras. Terá relevante papel em relação ao POLONORDESTE, possibilitando verdadeiros corredores de exportação e transformando-se em excepcional entreposto de mercadorias para toda a região — daí advindo facilidades de crédito, empregos, etc. É de excepcional importância, igualmente, em termos da área metropolitana do Grande Recife.

O pólo de fertilizantes do Nordeste, compreendendo Fosfatados, Nitrogenados e Potássicos, está intimamente ligado à definição final da exequibilidade de Suape. A Refinaria de Petróleo, por